

No mês de novembro, destacam-se avanços significativos relacionados a dois temas principalmente, sendo eles: A discussão das funções do encarregado de dados e busca pela regulamentação da Inteligência Artificial.

ANPD



ANPD realizou consulta pública para discutir as atribuições do Encarregado pelo Tratamento de Dados



A proposta de regulação busca esclarecer e aprimorar as responsabilidades desse profissional, delimitando suas funções, competências e atuação dentro das organizações, visando maior clareza e eficácia na proteção de dados pessoais no ambiente corporativo.

[Acesse aqui](#)

Senado avança debates em IA, destacando a necessidade premente de estabelecer políticas que priorizem a proteção dos direitos humanos diante do avanço tecnológico



Os debates ressaltam a importância de diretrizes éticas e legais para o desenvolvimento responsável da Inteligência Artificial, considerando seu impacto abrangente nos aspectos sociais, econômicos e éticos. A transparência, responsabilidade e uma abordagem criteriosa no uso da IA emergem como pontos cruciais nas discussões legislativas, visando preservar os direitos individuais e fomentar o progresso benéfico para a sociedade.

[Acesse aqui](#)

Diretora da ANPD participa de debate sobre proteção de dados no Sul Global



O evento destacou desafios específicos enfrentados por países em desenvolvimento na implementação de políticas eficazes de proteção de dados. Foram discutidas estratégias para promover a cooperação internacional e capacitar essas nações a lidar com questões relacionadas à privacidade e à segurança de dados, visando alcançar padrões globais mais elevados de proteção de dados.

[Acesse aqui](#)

CNJ estabelece grupo de trabalho para estudar e regulamentar o uso da Inteligência Artificial no sistema judiciário



Esse grupo tem como objetivo analisar os impactos da IA, identificar oportunidades para sua aplicação e elaborar diretrizes que garantam sua utilização de maneira ética e transparente no contexto jurídico. A iniciativa visa promover uma abordagem responsável da IA, considerando seu potencial para aprimorar processos judiciais e, ao mesmo tempo, garantir a proteção dos direitos individuais.

[Acesse aqui](#)



Para saber mais, envie um e-mail para:

pi@ldr.com.br